

“Hoje é impossível o jornalismo se dissociar totalmente das plataformas digitais”



Por: Ana Marta M. Flores

Doutora e mestre em jornalismo (PPGJOR/UFSC), pós-doutoranda na Universidade de Coimbra e pesquisadora integrada ao ICNOVA (iNOVA Media Lab/Universidade NOVA de Lisboa) e Nephi-Jor (UFSC/Grupo HiperMídia e Linguagem/CNPq)

E-mail: amflores@fl.uc.pt

Foto: Ana Marta M. Flores

“Minha vida pessoal sempre esteve marcada por uma história de resistência – sou neta de um resistente antifascista e preso político, além de ter familiares que foram perseguidos pela ditadura em Portugal, inclusive o meu pai. Então a pesquisa que conduzo na academia será sempre atenta a um contexto crítico e de mudança.”

Inês Amaral

Inês Amaral é uma professora em todos os sentidos, não apenas por ser associada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e lecionar há 19 anos letivos. É uma presença multipotente, que se interessa organicamente por temas que costuram as sociabilidades nas redes sociais digitais, participação em plataformas digitais, gênero e mídia, literacia midiática e digital, as tecnologias e o envelhecimento ativo, as audiências e os consumos midiáticos na era digital. Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, onde é investigadora integrada do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e é investigadora associada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atualmente é investigadora responsável pelo projeto “MyGender - práticas mediadas de jovens adultos: promover justiça de gênero nas e através de aplicações móveis”, e investigadora corresponsável do projeto “MediaTrust.Lab - labo-

ratório de mídia regionais para a confiança e literacia cívicas” e integra muitos outros a nível europeu. Conversamos com a investigadora sobre como o seu trajeto, por diversos temas, pode inspirar jovens pesquisadores a trilhar o seu caminho sem deixar suas visões de mundo de lado.

EJM: Considerando que a revista *Estudos de Jornalismo e Mídia* é uma publicação acadêmica que transita muito entre investigadores da área da comunicação, e, conhecendo o percurso multitemático da sua carreira, você poderia relatar um pouco mais sobre como tem trilhado o seu caminho na academia?

INÊS AMARAL: O início da minha carreira acadêmica está muito relacionado com a minha atividade como jornalista. Acho que talvez caiba dizer que eu nunca na vida quis ser outra coisa, que não jornalista. Durante toda a minha vida, eu tive sempre muito contato com a comunicação. Cheguei a ter um estúdio de rádio em casa, meu pai trabalhava na rádio, vivi sempre muito os meios de comunicação, o meu contexto social era e é muito centrado na comunicação. Eu queria ser repórter e especificamente repórter de guerra. Mas a uma determinada altura, quando fui para a Universidade, se não fosse Ciências da Comunicação, iria estudar Relações Internacionais, e foi isso o que eu fiz. Depois desse percurso, ficou nítido que eu me interessava pela academia porque eu fui estudar Relações Internacionais Culturais e Políticas. Eu sempre me interessei e me interessei por política, mas foi aí que eu também percebi meu interesse na academia. Entendi, logo no primeiro ano, que eu não ia ficar só por ali, então depois mudei de curso, fiz Comunicação Social, eu quis trabalhar na imprensa e o digital estava a começar. Fiz meu estágio curricular na *TSF online* e depois comecei a trabalhar no digital, já tinha tido experiências durante a faculdade. Quando eu acabei o curso, quis saber mais e aprender mais, então acabei por me aprofundar na área do Multimídia, especialmente porque fui trabalhar num portal digital. Fiz uma pós-graduação em Web Design desenvolvimento e multimídia, e tínhamos a escolha de fazer um estágio, um projeto ou fazer uma tese. Eu escolhi fazer a tese e ficou ainda

“Sem os profissionais de mídia não haveria escândalo dos Wikileaks. Porque as pessoas não sabem ler repositório de informação sem ser tratada”

mais claro que eu queria mesmo seguir na área acadêmica. Escrevi uma tese sobre o design de interação, naquela altura era uma coisa relativamente nova e eu queria perceber estas questões da mediação social através das interfaces. Nesta mesma época, recebi um convite para começar a lecionar precisamente cibercultura e ciberjornalismo. Então foram esses os campos, a comunicação digital e o jornalismo digital, por onde eu entrei na academia. Depois lecionei muitas outras disciplinas. Fui fazer mestrado e já tinha um tema muito definido: o ciberjornalismo a partir dos modelos de interação. Fiz um modelo

conceptual de design de interação aplicado ao ciberjornalismo para perceber, do ponto de vista da recepção, como é que as dimensões do design de interação eram mobilizadas pelos meios de comunicação online. Entretanto, ao longo do tempo, comecei a me interessar por outras áreas. Quando acabei o mestrado já estava a pensar no doutoramento e comecei a fazer as minhas primeiras publicações.

Nessa altura estava ainda muito interessada em vários aspectos relacionados com o digital, mas já menos com o jornalismo. Nesse caso, fiquei bastante interessada no rótulo da web 2.0, os novos atores sociais, a questão dos mundos virtuais e a sua dimensão. Esses espaços em segunda dimensão, como o *Second Life* ou o *World*

of *Warcraft*, passaram a ter um dúbio caráter, que é um mix de jogo, mas também podia ser o mundo virtual com diferentes ajustes. Depois disso, fiquei mais interessada no conceito de *prosumer* e a perceber como é que as pessoas usavam as redes sociais, e a ideia de plataforma que já estava a se formar. Inicialmente, para a tese de doutoramento, eu tinha pensado em estudar uma plataforma social digital muito interessante, a 43things, mas que foi extinta antes de eu definir o tema do projeto.

Então, sendo o digital um alvo em movimento, comecei a pensar mais sobre outras perspectivas e entrei em contato com a teoria da análise de rede social, especialmente da parte sociológica. Voltei-me às novas plataformas, principalmente o *Twitter* e o *Facebook*, e depois percebi como é que, a partir de algumas apropriações da rede, se criavam redes.

Fui em busca de alguns casos, como os de ativismo social com *hashtags* no *Twitter* com impacto fora da rede social, como o caso da Moldávia (*#pman*, 2008) e as eleições do Irã (*#IranElections*, 2009). Estava a trabalhar com um colega da Universidade do Minho que havia construído um algoritmo que permite extrair dados da plataforma, e a ideia inicial era relacionar com o caso do Irã, mas na mesma época o Michael Jackson morreu e “derrubou a internet”. Uma parte da minha pesquisa também se perdeu, aí então decidi entender a questão do impacto da morte do ídolo Pop e que tipo de mobilização tinha sido feita em termos de redes de conteúdos através das *hashtags*. Depois comecei a focar, em particular, nos múltiplos casos dentro da primavera árabe. Coletei uma base de dados gigantesca, olhando para o *Twitter*, não só como uma rede social ou uma plataforma social, mas também atenta do ponto de vista da sociologia cruzada com a complexidade na chamada ciência da complexidade. Trazer isso e cruzar com as ciências da comunicação, pois ainda não havia ninguém a fazer isso em Portugal; em Língua Portuguesa, a única investigadora a fazer isso era a Raquel Recuero (UFPel). Cheguei finalmente a um estudo de caso para a tese que foi o *Cablegate* - o escândalo do *Wikileaks* - e recolhi os primeiros *tweets*, mais de 27 mil *tweets* em dois ou três dias. Mais do que publicações, foram informações que mudaram o mundo e a relação que as pessoas tinham com o digital, porque revelaram a fragilidade da segurança de dados e de como o Julian Assange conseguiu de fato expor uma série de coisas, algumas de fato questões de interesse e outras, diria, foram meramente especulação. Mas mudou muita coisa no ecossistema midiático, mudou também a forma como os jornais trataram a informação. E trouxe um aspecto que foi interessante, perceber que a centralidade da mídia profissional não tinha desaparecido. Sem os profissionais de mídia não haveria escândalo dos *Wikileaks*. Porque as pessoas não sabem ler repositório de informação sem ser tratada.

EJM: E o olhar interdisciplinar em pesquisa foi algo que a professora Inês considera que surgiu naturalmente?

INÊS AMARAL: Casualmente, entre as aulas que já estava a lecionar, comecei a trabalhar com colegas numa perspectiva mais interdisciplinar, embora ainda dentro das ciências sociais e humanas. Tive interesse e maior proximidade com pesquisadoras da Sociologia e da Psicologia com objetivos em comum, nesse caso era a relação do envelhecimento com as novas tecnologias, além das representações midiáticas. Fizemos várias propostas à FCT, publicamos artigos sobre representações sociais da idade adulta (digamos da “velhice”).

Em seguida, também comecei a pesquisar sobre o consumo nas plataformas sociais, fiz parte de um consórcio sobre audiências e consumos digitais, e comecei a trabalhar num consórcio financiado no Reino Unido, que reunia investigadores de diferentes países europeus. Nessa experiência aprendi muito com investigadores e investigadoras. Eu havia defendido a tese de doutoramento há um ou dois anos e o período de pós-doutoramento foi um bocado solitário, mas, com esse projeto,

tive uma experiência interessante. E trabalho desta forma até hoje: com diferentes equipes em diferentes temáticas. Porque, de fato, eu não consigo ter um único interesse, o meu foco na comunicação tem a ver com isso mesmo: eu não gosto de rotinas de investigação, não gosto de ficar fechada num tema. E quando uma equipe abre a porta para outros temas, então as coisas evoluem. Comecei com a questão das representações sociais, da tecnologia e do envelhecimento, tudo cruzado sempre com a questão da comunicação digital, que tem sido parte do pano de fundo do meu trabalho e das equipes.

Com alguns outros projetos, trabalhei com literacia midiática e especificamente com grupos desfavorecidos, o que me interessou muito. Talvez isso tenha a ver com o fato de eu trazer para a investigação muito daquilo que a minha vida pessoal. Na minha vida pessoal, eu sou socialmente interventiva, sempre fui educada

“Sempre fui educada
nessa lógica, com uma
perspectiva de intervenção
social e de que devemos
fazer pela sociedade o
nosso papel ativo”

nessa lógica, com uma perspectiva de intervenção social e de que devemos fazer pela sociedade o nosso papel ativo. Tive uma educação feminista porque venho de uma família de mulheres feministas, de tradição feminista e de intervenção, e, portanto, continuo a ser ativista. Houve um tempo em particular em que eu apoiava uma organização que apoiava pessoas em situação de exclusão social, convencionalmente chamadas “sem abrigo” - não gosto dessa expressão. E dentro desses grupos dos desfavorecidos aparecem as pessoas mais velhas. Nesse mesmo grupo, parecendo uma dicotomia, aparecem também os mais jovens,

que tem sido um dos interesses mais recentes na minha pesquisa. Isso foi um desafio, tive de ir investigar em campos que eu não tinha experiência, como a sociologia da juventude e a sociologia mais ligada às pessoas mais velhas.

Mas, em resumo, os grupos desfavorecidos são grupos ditos fragilizados ou marginalizados pela sociedade. Também trabalhei com temáticas ligadas ao ativismo e à solidão online, enfim a questão da literacia midiática foi sendo sempre transversal. As literacias cívicas e críticas também surgiram como tema de interesse e os grupos mais jovens me levaram ao estudo do *bullying* do *cyberbullying*. Depois fui continuando nessas diferentes linhas. Nunca deixei de me interessar pelo jornalismo, agora especialmente com a desinformação e do contexto em que a desinformação começou a se maximizar. Foi então que surgiram as questões de gênero que comecei a trabalhar mais recentemente. Em 2017, quando entrei na universidade de Coimbra como professora, tendo colegas que trabalham especificamente questões de gênero, começamos a fazer trabalhos em conjunto muito centrado nesse tópico. Submetemos alguns projetos, um deles o projeto *MyGender*, que foi financiado e que se centra nas renegociações de gênero e sexualidade a partir dos aplicativos móveis por jovens adultos portugueses. Antes ainda, a minha colega Rita Basílio de Simões submeteu um projeto como investigadora principal, do qual também faço parte, sobre a violência online contra as mulheres no contexto da pandemia de COVID-19. Essas questões são muito caras para mim, porque se ligam a minha história e ao posicionamento que levo nas minhas decisões, numa postura antirracista e feminista. Esse trabalho tem sido feito em múltiplas perspectivas, não tenho centrado apenas na questão binária, na violência online contra as mulheres, mas também àquelas sobre questões das masculinidades na paisagem midiática portuguesa.

EJM: A organicidade dos temas é algo mesmo interessante, como cada tema, mesmo que de início pareça muito diferente, tudo está interligado. Mas numa época em que a internet era uma grande “esperança”, como uma comunidade ou uma

grande praça pública digital que se ajudaria mutuamente. Recentemente, temos inúmeros casos que parece haver uma perda de controle, uma apropriação para fins perversos destes espaços digitais, com especial destaque para as plataformas digitais. Qual é a sua visão desse fenômeno contemporâneo?

INÊS AMARAL: Quando comecei a trabalhar, claro que me centrei em determinados autores que eram claramente tecnófilos e eu fui claramente tecnófila por um ou dois anos. Mas entendi que o determinismo tecnológico mata qualquer investigação, porque nos tira a perspectiva e porque nos tira este âmbito de que as coisas nem sempre são esse “mundo cor-de-rosa”. Eu acredito muito na aprendizagem ao longo da vida, acredito muito na aprendizagem formal, mas sobretudo muito na aprendizagem não-formal e na aprendizagem informal. Acho que isso pode ajudar-nos a combater algumas coisas, e claramente a tecnologia não tem uma vertente única, nem a tecnologia é usada sempre para coisas boas, para se fazer o bem. No estudo do ativismo e dos movimentos sociais, etc. fica muito evidente que a perspectiva negativa prevalece muitas vezes, mesmo quando falamos sobre a tecnologia e os idosos. Na maior parte das vezes o que estamos a falar, por exemplo, das pessoas mais velhas, é uma infantilização desse público. Ou seja, eu acredito na abordagem intergeracional a partir das lógicas de aprendizagem ao longo da vida, a partir das relações sociais. Não acredito que é a partir do digital que se muda a vida. E se formos pensar numa perspectiva das tendências sociais ela ter uma forma de manifestação em espiral ou pendular, que parece transcorrer um caminho de opostos: seja um período ultraliberal na cultura a alternar com um conservadorismo de costumes. As polarizações de discurso, as pandemias de ódio, entre tantos outros comportamentos que surgem e parecem proliferar nos espaços digitais.

EJM: Você comentou sobre questões pessoais de perseguição de familiares no período da ditadura Salazarista e, infelizmente, temos visto nos últimos anos uma ascensão de uma extrema-direita na Europa e no mundo. Podemos dizer que até é um comportamento potencializado ou melhor organizado com ajuda do digital. Parece que estamos vivendo uma história que já aconteceu, mas agora conectada. Como é trazer esses temas para a pesquisa?

INÊS AMARAL: A história recente, a história contemporânea nos mostra isso, a história é cíclica. Eu cresci em Portugal, no continente europeu, e sei bem que história nesse continente é cíclica, e há algo que não é exclusivo de país algum: as pessoas têm pouca memória. É preciso construir uma memória futura, aliás não gosto muito do trabalho que é feito para alguns museus, em particular em Portugal, no Museu do Aljube, que era uma prisão, meu avô esteve preso lá. E eu realmente acho que é importante fazer essa construção de memória futura para que as pessoas não se esqueçam do que aconteceu há 50, 60 ou 70 anos.

Penso que há algumas mudanças. A imprensa tradicional não perdeu a sua centralidade, mas há novos atores sociais; “novos” que estão no digital e que manipulam o digital e que conseguem, através das plataformas, manipular também os algoritmos. A polarização existe, essa ideia de nós e dos outros, e essa ideia que parece que não há zonas intermediárias, só há a esquerda e a direita - na verdade até parece que só há uma extrema-esquerda

“Eu acredito na abordagem intergeracional a partir das lógicas de aprendizagem ao longo da vida, a partir das relações sociais”

e uma extrema-direita. Parece que só existe o populismo, que na verdade nunca desapareceu - teve sim momentos de menos força, sobretudo aqui em Portugal, que é óbvio por conta de uma ditadura que acabou muito tarde. E isso também aconteceu, por exemplo, no caso do Brasil, uma ditadura que acabou muito tarde comparado com os outros países e, portanto, ainda havia uma memória recente. É claro que há sempre quem procure uma plataforma para conseguir levar as suas ideias, seja ela qual for, e aqui estou a falar de plataforma no sentido *lato*, de instrumento. Não há melhor exemplo como o de Goebbels e Hitler que infelizmente criaram o discurso de alteridade, de que outros fazem-nos mal, têm de ser eliminado. Neste vai-e-vem, eu acho que as plataformas digitais, com seus algoritmos, acabaram por potenciar muito as câmeras de eco e que as polarizam completamente. Penso eu que, inteligentemente, estes atores políticos, sociais e econômicos, com disfarce político, mas são econômicos, investiram muitíssimo bem no digital, sabem como manipular o digital. Os grupos que são impactados comumente são despolitizados, não têm pensamento crítico, não tem ideologia política e se baseiam num senso comum, que eu particularmente detesto, que é a ideia generalista de que os políticos são todos iguais. Não, não são todos iguais. Nós podemos não gostar, mas nós podemos votar em quem quisermos. E a democracia também vai fazer as pessoas mais preguiçosas, a democracia também faz com que as pessoas sejam menos interventivas, com que as pessoas participem menos e que o nosso voto faz sempre diferença. O nosso voto faz sempre diferença e faz tanta diferença porque, de repente, temos na presidência um Jair Bolsonaro ou um Donald Trump, porque pessoas não foram votar, porque as pessoas não foram se informar. No caso do Brasil, é mais porque as pessoas não foram votar no Bolsonaro, foram votar contra este ou aquele. Um exemplo muito concreto que é assustador: os imigrantes portugueses, não são todos obviamente, nem sequer a maioria, mas uma franja de imigrantes portugueses na França vota na *Front National*, partido da Marie Le Pen, de extrema-direita, cujo objetivo é tirar dali os próximos integrantes!

Outro caso é o da ciganofobia, que não é algo novo. Os portugueses gostam de dizer que não são racistas; eu acho que Portugal é um Estado estruturalmente racista. Nos últimos anos tem sido feito um trabalho, que eu acho louvável, do ponto de vista do estado do Governo, para tentar destruir esta estrutura patriarcal e machista, está presente nas diferentes organizações, mas ao fim e ao cabo, Portugal é um país totalmente racista, até do ponto de vista social; quer dizer, em 1974, Portugal tinha as colônias e há um passado muito difícil e complexo de se discutir. Não existe um consenso sobre o passado. Portugal sempre teve uma ciganofobia, mas agora ela foi

“O digital penaliza sempre muito mais os grupos fragilizados do que propriamente os ricos”

institucionalizada por um partido político (CHEGA). Está cheio de ciganofobia em toda Europa, mas na verdade vivem poucos ciganos em Portugal. Os dados oficiais mostram que não há mais de 100 mil ciganos, mas redes sociais despejam ódio contra os ciganos, porque eles são “o outro”. É curioso porque o digital penaliza sempre muito mais os grupos fragilizados do que propriamente os ricos. É esta ideia de agregar pessoas que são despolitizadas em torno de ideias racistas, falsas crenças, como, por exemplo, a crença de que todo o sistema é corrupto, de que todos os políticos são corruptos, menos aqueles que afirmam que os outros são corruptos. Daqui a 20 ou 30 anos, quando estiverem a estudar a história, vão rir deste momento, que foi aterrorizante, a eleição de Donald Trump, como sendo um candidato antissistema: um multimilionário nunca na vida é um candidato antissistema. E isso é a construção da falta de literacia, não só midiática, da pro-

dução de analfabetos funcionais - pessoas que sabem ler e escrever, mas não tem pensamentos críticos. Isso é também a construção de democracias que são mais fragilizadas e que acabam por permitir que a sua educação não revele a sua história. Tudo isso parece-me resultado de uma sociedade de superabundância de informação, em que não há tempo para reagir, não há tempo para refletir, ou seja, a reação é a reação ao estímulo e não uma reação a partir do pensamento.

EJM: É muito difícil pensar numa solução para esse contexto denso e complexo, mas se esse desafio fosse lançado, qual seria a sua sugestão?

INÊS AMARAL: Acho que há várias soluções, nenhuma delas teria resultados a curto prazo. Parece que uma que poderia ter um resultado a curto e médio prazo seria um reforço dos *fact-checkers* e uma regulação das plataformas digitais. Eu sei que isso não é consensual, e acho que é muito difícil, porque a regulação pelo lado dos políticos tende a ir além, ou seja, tende a imiscuir-se na esfera da liberdade de expressão e censura. Por outro lado, as próprias formas também podem criar mecanismos de maior polarização e, portanto, a regulação das plataformas é um debate que tem que ser feito muito além daquilo que já tem sido feito. O debate sobre essa regulação não pode estar centrado na União Europeia, porque as plataformas digitais não estão na União Europeia. O que já foi feito nos Estados Unidos mostra um pouco como é difícil tudo isto. Quando o Mark Zuckerberg foi ouvido no Congresso norte-americano foi uma coisa absurdamente vergonhosa: os congressistas perguntavam de coisas como “o meu neto pôs não sei o quê no Facebook”, congressistas sem literacia. Depois a vinda dele ao Parlamento, penso que ele estava preparado para uma outra coisa, e foi bombardeado com questões concretas, com questões objetivas de regulação. A União Europeia não é o centro do mundo, há muitos lugares de fala espalhados por este mundo, o centro não é o Norte. Não podemos estar aqui com a dicotomia norte-sul, e não podemos estar com Norte global e com o Sul global e ignorar todas as instâncias e, portanto, é muito difícil fazer um debate não centralizado. E este debate é muito difícil porque não é apenas o digital, é em diferentes geografias, com diferentes democracias - umas mais maduras do que as outras. Inclusive há geografias onde não há democracias ainda. O trabalho de *fact-checker* próximo das plataformas e a educação da literacia digital e das já mencionadas literacias cívicas e críticas, mesmo que muito difíceis de ser implementadas em nível nacional.

“A regulação das plataformas é um debate que não pode estar centrado na União Europeia”

EJM: Quando levantamos o debate para pensar criticamente as plataformas fora e dentro da academia, também parece ser necessário e justo pensar criticamente também o Jornalismo. Essa relação imbricada do jornalismo com as plataformas, o uso do conteúdo intelectual do jornalismo pelas plataformas e muito mais, como podemos pensar numa perspectiva ativa, através da investigação, e colocar luz sobre pontos que são difíceis e contribuir de alguma forma? Será que o jornalismo deve se associar às plataformas ou se independentizar?

INÊS AMARAL: Eu acho que a investigação precisa fazer muitos avanços nesse campo. Parece-me que hoje é impossível o jornalismo se dissociar totalmente das plataformas digitais, sobretudo porque os modelos de negócio estão em permanente mutação e um dos pontos importantes é que, de fato, o negócio do jornalismo no digital ninguém sabe exatamente neste momento como ele é. Vivemos essa era do chamado jornalismo de visualizações e do *clickbait* que é uma

coisa assustadora. Não acho que deva haver essa dissociação, mas deve ser apenas instrumental. As plataformas são espelho das sociedades, mas não são o espelho da sociedade no seu todo, como o jornalismo também não o é. São espelho da dimensão ou ideologia hegemônica - que não é necessariamente a majoritária. São também o espelho do chamado politicamente correto e são, frequentemente, espaços de brutal desigualdade. Desigualdade em todos os níveis: social, racial, de gênero, econômica... enfim, as redações são também esse espelho. Em Portugal, as redações são compostas quase sempre por maioria de mulheres, mas são geridas por homens. Quase não há mulheres em cargos de liderança. Assim mulheres são efetivamente a maioria, mas o mundo é heteronormativo, binário e com gaps salariais. Infelizmente, não parece haver uma resposta, mas fazer uma investigação crítica é um dever.

EJM: Você já referiu o projeto *MyGender*, que teve início em 2021. Poderia comentar um pouco mais sobre os objetivos do projeto e os impactos que pretendem com ele?

INÊS AMARAL: O que nós quisemos neste projeto foi, em primeiro lugar, lançar um olhar sobre a forma como os jovens adultos utilizam as aplicações móveis; como é que eles se envolvem com os imaginários dessas aplicações, que são diferentes, consoante às funcionalidades de cada uma; e como é que eles os incorporam nas suas práticas diárias. O projeto está sendo desenvolvido com o apoio financeiro de fundos nacionais portugueses, através da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) no âmbito do projeto “*MyGender* - Práticas mediadas de jovens adultos: promover justiça de gênero nas e através de aplicações móveis”. *MyGender* é o primeiro estudo em Portugal a investigar como os jovens adultos se envolvem com a tecnologia e os imaginários das aplicações móveis, incorporando-os nas suas práticas do dia-a-dia e (re)negociando a partir deles as suas identidades sexuais e de gênero. Desafiando a investigação centrada ou nos riscos e

“*MyGender* partirá de um entendimento da tecnologia como produtora de significados, subjetividade e agência, modelados por relações de poder”

oportunidades ou nos usos e gratificações das práticas digitais, *MyGender* partirá de um entendimento da tecnologia como produtora de significados, subjetividade e agência, modelados por relações de poder. Adotando uma perspectiva crítica das mídias digitais contemporâneas, o projeto analisará *affordances*, gramáticas, políticas das plataformas e conteúdos, assim como usos, apropriações e incorporações, para entender como influenciam a normatividade hegemônica e alteram a vida de jovens adultos. Entre vários *outputs* que o projeto pretende entregar para o público acadêmico, destaco o *MyGender Knowledge Platform* que será um site aberto a educadores, jovens e à comunidade em geral. Os recursos da plataforma têm como objetivo promover o pensamento crítico através de literacias cívicas críticas e conscientização de gênero, uso informado de aplicações móveis, promovendo a conscientização para dataficação, vigilância digital e tecnologias intrusivas. Para apoiar a justiça de gênero, as práticas emancipatórias e a incorporação do uso consciente de aplicações móveis, esta plataforma está dividida em três áreas principais: recursos, boas práticas e formação. Outro *output* será o *MyGender Think Tank* que será uma plataforma de discussão com foco em tópicos que se cruzam com a área central do projeto e está aberta à comunidade em geral e a diferentes *stakeholders*. O *MyGender Think Tank* visa

dge Platform que será um site aberto a educadores, jovens e à comunidade em geral. Os recursos da plataforma têm como objetivo promover o pensamento crítico através de literacias cívicas críticas e conscientização de gênero, uso informado de aplicações móveis, promovendo a conscientização para dataficação, vigilância digital e tecnologias intrusivas. Para apoiar a justiça de gênero, as práticas emancipatórias e a incorporação do uso consciente de aplicações móveis, esta plataforma está dividida em três áreas principais: recursos, boas práticas e formação. Outro *output* será o *MyGender Think Tank* que será uma plataforma de discussão com foco em tópicos que se cruzam com a área central do projeto e está aberta à comunidade em geral e a diferentes *stakeholders*. O *MyGender Think Tank* visa

promover debates com a comunidade e criar uma metodologia transferível orientada ao serviço de design para promover boas práticas na concepção de aplicações móveis junto de *developers*. O projeto tem uma duração prevista de três anos e conta uma equipe de pesquisadores sênior e em início de carreira, especialistas em mídia digital, estudos de mídia feministas, estudos de audiência e recepção, estudos críticos de internet, alfabetização digital e de mídia e estudos queer. A equipe *MyGender* é composta por mim como investigadora principal (PI), Rita Basílio de Simões como co-PI, Sílvio Santos, Sofia José Santos, Filipa Subtil, Janna Joceli Omena, Rita Alcaire, a pós-doutoranda Ana Marta Flores, um aluno de doutoramento Eduardo Antunes, as nossas investigadoras juniores Natalia Gomes e Gabriela Poleac, além dos colaboradores convidados Frederico Fonseca e Madalena Fabrício. O projeto *MyGender* também se beneficiará das contribuições dos consultores Aristeia Fotopoulou (Universidade de Brighton), Carolin Gerlitz (Universidade de Siegen), Sander de Ridder (Universidade da Antuérpia) e Taina Bucher (University de Oslo).